

AgInt na PETIÇÃO Nº 12.471 - SP (2018/0318714-0)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : INTEGRAL TRANSPORTE E AGENCIAMENTO MARÍTIMO LTDA
ADVOGADOS : ANA LUÍSA PORTO BORGES - SP135447
RODRIGO GIORDANO DE CASTRO - SP207616
AGRAVADO : MERCANTE TUBOS E ACOS LTDA
ADVOGADO : DEBORAH CALOMINO MENDES - SP214494

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão deste Relator que indeferiu pedido de atribuição de efeito suspensivo a agravo em recurso especial, o qual fora apresentado por INTEGRAL TRANSPORTE E AGENCIAMENTO MARÍTIMO LTDA, o ora agravante.

Ocorre que o feito principal chegou a esta Corte de Justiça, onde foi autuado como AREsp 1.542.765/SP, já tendo havido decisão que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial, com confirmação em sede de agravo interno, em acórdão proferido pela eg. Quarta Turma, na data de 19 de novembro de 2019.

Nesse contexto, tendo em vista o superveniente julgamento por esta Corte de Justiça do agravo em recurso especial, houve a evidente perda de objeto do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao referido agravo, e, por conseguinte, do presente agravo interno.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE JULGOU PREJUDICADO O PLEITO LIMINAR.

IRRESIGNAÇÃO RECURSAL DA REQUERENTE.

1. Segundo a jurisprudência desta eg. Corte Superior, apreciado o recurso cujo efeito suspensivo buscou-se garantir, tem-se a superveniente perda do objeto da medida liminar. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no TP 1.581/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 01/07/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NA TUTELA PROVISÓRIA. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO SUPERVENIENTE DO APELO.

PEDIDO DE TUTELA PREJUDICADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência do julgamento do recurso especial ao qual se buscava a concessão de efeito suspensivo, ainda que sem trânsito em julgado, prejudica o pedido de tutela provisória em razão da perda do objeto.

2. Com o julgamento dos embargos de declaração opostos nos autos do Agravo em Recurso Especial n. 655.686/DF, ao qual a defesa pretendia atribuir efeito suspensivo, verifica-se o encerramento da prestação jurisdicional nesta instância, mostrando-se incabível a pretensão formulada nos autos desse pedido de tutela provisória.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no TP 1.556/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 14/12/2018)

Diante do exposto, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o recurso, com a consequente extinção do feito, em razão da perda superveniente do objeto.

Publique-se.

Oportunamente, certifique-se o trânsito em julgado.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator